

Camponeses, operários e a tentativa de resistência armada ao golpe de 1964 na Baixada Fluminense

Peasants, workers, and the attempted armed resistance to the 1964 coup in the Baixada Fluminense

Gabriel Souza Bastos*

Resumo: O artigo analisa uma tentativa abortada de resistência armada ao golpe de 1964, envolvendo um bloco político composto por associações de camponeses e sindicatos, especialmente petroleiros, na Baixada Fluminense. Através de análises documentais, jornalísticas e entrevistas, é destacada a organização desse bloco político naquela conjuntura e as circunstâncias da tentativa de resistência. O artigo também aborda representações sociais da memória dessa tentativa e de uma possibilidade de formação de guerrilha em uma localidade rural da Baixada Fluminense, alvo de intensa repressão após o golpe. Através dessa análise, o artigo problematiza a suposição de amplo apoio popular ao golpe e conclui que essa tentativa de resistência armada dependia da reação do presidente João Goulart ao movimento golpista.

Palavras-chave: Movimento camponês da Baixada Fluminense; Sindipetro Duque de Caxias; golpe de 1964.

Abstract: The article examines an aborted attempt at armed resistance to the 1964 coup, involving a political coalition comprising peasants' associations and unions, particularly petroleum workers, in the Baixada Fluminense region. Through documentary, journalistic analysis, and interviews, the organization of this political coalition at that time and the circumstances of the resistance attempt are highlighted. The article also addresses social representations of memory of this attempt and the possibility of guerrilla formation in a rural locality of Baixada Fluminense,

* Doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e mestre pela mesma instituição. Possui bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é pesquisador bolsista DTI do CNPq. E-mail: gabrielsoubastos@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1961-3635>.

subjected to intense repression post-coup. Through this analysis, the article challenges the assumption of broad popular support for the coup and concludes that this attempt at armed resistance depended on President João Goulart's reaction to the coup movement.

Keywords: Peasant movement of Baixada Fluminense; Duque de Caxias Oil Workers' Union; 1964 Coup.

Introdução

Nós ficávamos, a minha família, meu pai, nesse rádio, eu com 14 anos, acompanhando as notícias, com a esperança de que ainda houvesse uma resistência no país. Mas tudo terminou naquela manhã de 2 de abril de 1964. (Silvio Tendler).¹

A POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA ao golpe de 1964 responde a uma alternativa histórica não concretizada que aguça o imaginário social de muitos brasileiros e brasileiras, diante do trauma coletivo daquilo que de fato se concretizou.

Era possível interromper o movimento golpista? O que poderia ter sido feito? Luiz Alberto Moniz Bandeira argumenta que o golpe poderia ter sido evitado se o presidente da República João Goulart “cedesse às pressões das forças conservadoras, se obedecesse às imposições econômicas, financeiras e políticas dos Estados Unidos, rompendo relações com Cuba, reprimindo o movimento sindical e demitindo os elementos considerados de esquerda”.² De forma semelhante, Marcos Napolitano argumenta que, ao perder o general Amaury Kruel como aliado, Goulart havia perdido praticamente o controle sobre todo o Exército, restando apenas o III Exército no Rio Grande do Sul. “Kruel deixou claro para o presidente que ele apoiaria o governo se Jango afastasse dele os ‘comunistas’, o que equivaleria a reprimir os movimentos sociais e se afastar dos sindicatos [...]. Suicídio político puro, o qual, obviamente, ele não poderia aceitar.”³ Jacob Gorender, por sua vez, compreende que até certo momento havia possibilidade de interromper o movimento golpista, caso houvesse unidade entre as forças de esquerda antes de sua concretização.⁴ Quando de fato ocorreu, argumenta o autor, de um ponto de vista estritamente militar, o golpe poderia ter sido contido se uma contraofensiva imediata fosse realizada, o que não ocorreu, devido à falta de iniciativa do presidente da República.⁵

1 MILITARES da democracia – os militares que disseram não. Direção: Silvio Tendler. Produção de Ana Rosa Tendler. Brasil: Caliban Produções Cinematográficas, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XjBJDI3h03E&t=1075s>. Acesso em: 17 maio 2024.

2 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil - 1961-1964**. 8ª ed. rev. Ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 420.

3 NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 64.

4 GORENDER, Jacob. Era o golpe de 64 evitável? *In*: TOLEDO, Caio (org.). **1964: visões críticas ao golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora Unicamp, 1997. p. 109-116.

5 Ibidem. GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.

Ao desembarcar em Porto Alegre, em 2 de abril de 1964, Goulart se reuniu com Leonel Brizola e o general Ladário Teles, que assumiu o controle do III Exército, para discutir possibilidades de luta. Após a conversa, Goulart compreendeu que a tentativa de resistência não passaria de uma aventura que resultaria em inútil derramamento de sangue.⁶ Diante desse cenário, no momento que “dirigentes sindicais lhe pediram armas, [...] ele se negou a fornecê-las. Não queria assumir a ‘responsabilidade por um massacre popular, especialmente no Rio de Janeiro, pois nos conduziria a uma situação mais caótica e de consequências imprevisíveis’”.⁷ A esse respeito, Gregório Bezerra, destacado dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), conta em seu livro de memórias que procurou autoridades do estado de Pernambuco e sindicatos de diversas categorias para conseguir armas, mas não obteve êxito. Entretanto, havia grande número de trabalhadores rurais prontos para empunhá-las. Nesse contexto, Bezerra se refere a algumas “concentrações de massa à minha espera”, aguardando que trouxesse armas, nos “engenhos de Catende, Palmares, Águas Pretas, Gameleira, Ribeirão e alguns outros”.⁸

Na contramão da situação descrita por Bezerra, setores midiáticos da época, favoráveis ao golpe, disseminaram a ideia de ter havido ampla adesão popular ao movimento golpista. A título de exemplo, a “Edição Histórica” da revista *Manchete*, de abril de 1964⁹ – composta apenas de imagens acompanhadas de legendas e poucos textos ao longo de toda a edição – exhibe fotos da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade no Rio de Janeiro, da sessão parlamentar no Congresso Nacional que depôs João Goulart e de tropas militares, sugerindo um amplo respaldo popular ao golpe.

Contudo, essa suposição é controversa. Um dado relevante para esse debate são os resultados de pesquisas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) pouco antes do golpe de 1964, mas revelados apenas em 1989.¹⁰ Uma dessas pesquisas, realizada entre junho e julho de 1963, aponta que o governo de Goulart tinha 76% de aprovação (35% consideravam “ótimo” ou “bom” e 41% “regular”), contra 19% de desaprovação (“mau” ou “péssimo”). Em outra pesquisa realizada pelo IBOPE, entre 9 e 26 de março de 1964, isto é, poucos dias antes do golpe, 47% dos entrevistados responderam que votariam em Goulart caso ele pudesse candidatar-se à reeleição, contra 46% dos entrevistados, que não votariam. Em julho de 1963, esses índices eram de 37% (votariam) e 50% (não votariam), indicando uma tendência de alta na popularidade de João Goulart.

Conforme apontado por Marilena Chaui, “a derrota é justamente aquilo que uma certa história não pode revelar nem interpretar porque só se mantém como ‘história’ pelo silêncio

São Paulo: Ática, 1987. p. 66-67.

6 BANDEIRA, op. cit.

7 Ibidem, p. 342.

8 BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 529.

9 EDIÇÃO Histórica. **Manchete**, Rio de Janeiro, abr. 1964.

10 Comunicação de Antônio Lavareda no XIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), 1989 apud BANDEIRA, op. cit., p. 351-552.

que impôs aos vencidos”.¹¹ Assim, o relato de Gregório Bezerra¹² desafia a ideia de que o golpe recebeu majoritário respaldo popular e reforça o seguinte questionamento: se o golpe foi tão aclamado, como explicar a presença de diversas concentrações de trabalhadores rurais no interior de Pernambuco dispostos a resistir com armas?

Esse questionamento se expande se observado fenômeno semelhante ocorrido na Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro. Nessa região, lideranças de entidades de trabalhadores rurais também relatam um grande número de camponeses dispostos a pegar em armas para combater o movimento golpista, concentrados em duas distintas localidades no dia 1º de abril de 1964. Essas entidades camponesas estavam profundamente conectadas com sindicatos de diversas outras categorias, na Baixada Fluminense e em outras regiões do estado, tendo sido a presença do PCB um elemento fundamental para viabilizar essas articulações. Conforme relatos analisados, os camponeses dessas entidades estavam aguardando o fornecimento de armamento que seria entregue pelos petroleiros do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo (Sindipetro) de Duque de Caxias. Alguns dirigentes desse sindicato também relatam essa articulação. Contudo, essa tentativa de resistência armada foi abortada antes mesmo que as armas fossem empunhadas.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é trazer uma contribuição a essa discussão, realizando uma análise histórica sobre essa tentativa abortada de resistência armada ao golpe. Serão analisadas as circunstâncias que frustraram essa ação, bem como as articulações que vinham se formando entre operários e camponeses da Baixada Fluminense, que possibilitou a organização da tentativa de resistência armada ao golpe. Adicionalmente, o presente trabalho realiza uma análise das representações sociais da memória, tanto sobre essa tentativa de resistência armada quanto de uma tentativa de organização de um grupo de guerrilha rural, que, de acordo com fontes documentais dos órgãos de repressão, estaria sendo levada a cabo um ano após o golpe, em uma localidade conhecida como Pedra Lisa, Nova Iguaçu, atualmente situada no município de Japeri. Cabe destacar que o presente trabalho opta por se referir ao termo “representações sociais da memória” ou “memórias coletivas” no plural não por mera opção ontológica, mas por uma preferência teórica, diante da diversidade de formas pelas quais os acontecimentos do passado são rememorados. Quando falamos sobre estudos de memória social,¹³ estamos nos referindo à elaboração coletiva de memórias como um fenômeno social que se altera diante da diversidade dos mais distintos grupos sociais, quando defrontados com o passado.

11 CHAUI, Marilena. História a contrapelo. In: 1930: O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 12.

12 BEZERRA, op. cit., p. 529.

13 O termo é utilizado por Olick para se referir às memórias coletivas como um campo de estudos que engloba uma ampla variedade de processos, práticas e efeitos mnemônicos, sejam eles neurológicos, cognitivos, pessoais, agregados ou coletivos. Essa abordagem permanece proporcionalmente aberta a uma variedade de fenômenos, ao mesmo tempo em que aponta que toda lembrança é, de certa maneira, social, seja em sonhos ou em espetáculos públicos, em recordações ou em textos. OLICK, Jeffrey. Collective Memory: The Two Cultures. *Sociological Theory*, v. 17, n. 3, p. 333-348, 1999.

Até mesmo dentro de um pequeno grupo, embora haja certa semelhança de valores e identidades que refletem na interpretação e rememoração de acontecimentos passados, não há unidade total na elaboração coletiva da memória. Além disso, as representações sociais da memória não são aqui observadas como algo estático, mas como um processo dinâmico e em constante andamento,¹⁴ podendo se alterar ao longo do tempo, a depender da conjuntura política.¹⁵

Assim, para atingir esse empreendimento de pesquisa, foram realizadas análises documentais e jornalísticas, bem como das memórias coletivas elaboradas por moradores da região, que testemunharam ou foram socializados pelas memórias desses acontecimentos.¹⁶ Isso inclui entrevistas e interações durante o trabalho de campo, visando colocar em perspectiva as representações sociais da memória desses atores com as fontes documentais consultadas. As entrevistas utilizadas para essa análise memorialística foram realizadas em trabalhos de campo, ao longo de meu doutorado, entre 2017 e 2022.¹⁷ Entrevistas de dirigentes sindicais e lideranças camponesas de outras localidades da Baixada Fluminense, conduzidas por outros pesquisadores, também foram analisadas.

Questão agrária, campesinato e a conjuntura política de 1946-1964

APESAR DE DIVERSAS tentativas fracassadas para alterar, no Congresso Nacional, o artigo da Constituição de 1946 que previa, em caso de desapropriações, indenização, prévia, justa e em dinheiro,¹⁸ no governo João Goulart foram realizadas algumas desapropriações em áreas de conflito.¹⁹ Nesse período, na América Latina e no Caribe, a questão agrária vinha recebendo destaque no cenário político, como na Bolívia em 1952, quando uma revolução de camponeses e mineiros resultou em uma reforma agrária que expropriou grandes latifúndios,²⁰ e na Guatemala, de 1952 a 1954, onde, através de uma aliança tática entre o presidente nacional-

14 OLICK, Jeffrey. **The Politics of Regret: On Collective Memory and Historical Responsibility**. New York & London: Routledge, 2007.

15 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. JELIN, Elizabeth. **State Repression and the Labors of Memory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

16 POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

17 Os nomes de entrevistados em entrevistas conduzidas por mim são fictícios. Os entrevistados de pesquisas anteriores, bem como citações de entrevistas em trabalhos já publicados e nomes contidos em documentos e reportagens jornalísticas, estão mantidos da mesma maneira que foram originalmente publicados. Nomes escritos de distintas maneiras em diferentes documentos ou jornais são reproduzidos aqui iguais ao da forma mais recorrentemente encontrados nessas fontes.

18 MEDEIROS, Leonilde. **A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964**. 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

19 MEDEIROS, Leonilde (org.). **Ditadura, conflitos e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018b. No estado do Rio de Janeiro foram realizadas dez desapropriações. Dessas, duas na Baixada Fluminense, algumas das quais já haviam sido desapropriadas pelo governo estadual, indicando continuidade dos conflitos.

20 VELTMEYER, Henry. The Dynamics of Land Occupations in Latin America. In: MOYO, Sam; YEROS, Paris. (org.). **Reclaiming the Land: The Resurgence of Rural Movements in Africa, Asia and Latin America**. London, New York and Cape Town: Zed Books and David Philip, 2005. p. 285-316.

-desenvolvimentista Jacobo Arbenz e os comunistas foi aprovado um projeto de reforma agrária que assentou mais de 100 mil famílias num período de 18 meses.²¹

A ação desses governos nacionais, através do aparato estatal para distribuição de terras a diferentes categorias de trabalhadores rurais, foi empreendida como resposta a massivas mobilizações camponesas e à ameaça de uma “revolução social” iminente.²² Esse cenário se intensifica a partir de 1959 com a Revolução Cubana e sua reforma agrária, que se deu através de um projeto de desenvolvimento nacional que rapidamente transitou do nacionalismo democrático popular ao socialismo, devido à intolerância de frações da burguesia a reformas que redistribuíssem minimamente o excedente dentro dos limites do capitalismo e alterassem a sua utilização.²³ Essas experiências históricas se davam dentro dos marcos de projetos de desenvolvimento nacional e seus dilemas no contexto do capitalismo periférico e dependente.²⁴

No Brasil de Goulart, a reforma agrária era reivindicada por uma ampla base social organizada. A partir das reflexões de Tarrow,²⁵ sobre a centralidade que as oportunidades políticas têm para ações coletivas, a conjunção desses dois fatores no bojo da disputa pela reforma agrária – a iniciativa do Estado através das reformas de base e a mobilização camponesa em torno dessa pauta – não só eram capazes de alterar as correlações de força na conjuntura política, como também abria a possibilidade de inserção do campesinato como um ator relevante, anteriormente excluído do cenário político.

Apesar da diversidade de formas de organização do trabalho rural, entidades como as Ligas Camponesas, criadas em 1945, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), criada em 1954, o PCB e entidades da Igreja Católica organizavam diferentes segmentos de trabalhadores rurais em diversas regiões do país, sob três demandas: direito à organização sindical, direitos trabalhistas e reforma agrária, compreendida enquanto instrumento de justiça social e de superação do latifúndio, caracterizado como agente do atraso econômico e do subdesenvolvimento.²⁶ Esse período marca importantes saltos organizativos do movimento camponês, culminando em conquistas históricas, como a criação da Superintendência de Política Agrária (Supra), em 1962 – com o propósito de

21 GLEIJESES, Piero. The Agrarian Reform of Jacobo Arbenz. *Journal of Latin American Studies*, v. 21, n. 3, 1989.

22 VELTMEYER, op. cit.

23 VASCONCELOS, Joana. **História agrária da Revolução Cubana: dilemas do socialismo na periferia**. São Paulo: Alameda, 2017.

24 O próprio desenrolar da Revolução Cubana, com a vitória do Movimento 26 de Julho, pontua a autora, “foi, antes de tudo, uma revolução contra o subdesenvolvimento. Sua motivação histórica prioritária, desde o início, era enfrentar as contradições impostas pelo capitalismo dependente: primeiro, a segregação social perpetuada pelo desemprego estrutural; segundo, a alta vulnerabilidade externa que inviabilizava a soberania nacional”. *Ibidem*, p. 25.

25 TARROW, Sydney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

26 MEDEIROS, Leonilde. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, 1989. MEDEIROS, Leonilde. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). *In*: MEDEIROS, Leonilde (org.). **Ditadura, conflito e repressão: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018a. p. 49-92.

lidar com questões fundiárias²⁷—, e de uma normatização da estrutura sindical no campo, através de portarias do Ministério do Trabalho, publicadas a partir de 1962, e sintetizadas no Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, possibilitando a criação de sindicatos exclusivamente de trabalhadores rurais.²⁸ Essa experiência da disputa por direitos e acesso à terra moldou socialmente esses atores, gerando linguagem e identidade próprias, tornando o campesinato um ator político de relevância nacional, em um processo que pode ser lido como de formação de classe.²⁹

Movimento camponês, sindical e conflitos por terra na Baixada Fluminense nas décadas de 1950 e 1960

No ESTADO DO Rio de Janeiro, a atuação do PCB foi central para a organização de trabalhadores rurais em diversos municípios, tais como Cachoeiras de Macacu, Magé, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Campos dos Goytacazes. Desde a década de 1940, o partido vinha operando em diversas outras entidades, que atuavam junto de associações camponesas, tal como o Sindicato dos Tecelões de Santo Aleixo em Magé, fundado em 1941.³⁰ Ao longo dos anos de 1950, o PCB exerce uma atuação central em diversas associações de trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro, tais como a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, fundada em 1948, que atuava na Região de Pedra Lisa em Nova Iguaçu,³¹ e a Comissão de Lavradores de Duque de Caxias, fundada em 1949, no distrito de Xerém, sob a liderança de José Pureza.³² O objetivo central de ambas as associações era defender os trabalhadores rurais associados, em sua maior parte posseiros, das ações de grileiros na região.³³

Cabe destacar que a categoria grileiro, assim como posseiro, é uma categoria relacional, que deve ser compreendida no contexto de conflitos por terras e como um grupo atribuí ao outro – e a si mesmo – determinada identidade. No contexto das décadas de

27 Ibidem.

28 RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. *In: Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura*. Aracaju: UFS, 2010.

29 MEDEIROS, Leonilde. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

30 RIBEIRO, Felipe. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)**. 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação Histórica, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

31 BASTOS, Gabriel. **Memória e resistência camponesa em tempos de repressão na Baixada Fluminense**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. A “Região de Pedra Lisa” refere-se a uma região política, isto é, a área de influência política da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, onde foi consolidada sua base social de associados no período de 1948 a 1964. Essa região abrange as proximidades do bairro Pedra Lisa, situado atualmente em Japeri.

32 PUREZA, José. **Memória camponesa**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

33 PUREZA, op. cit. GRYNSZPAN, Mário. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987. SILVA, Bráulio Rodrigues. **Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

1950 e 1960, no estado do Rio de Janeiro, se trata de uma categoria atribuída aos agentes responsáveis por despejos de trabalhadores rurais, com o objetivo de se apropriarem das terras que estes – que normalmente se denominavam como posseiros – ocupavam e trabalhavam.³⁴

A categoria grileiro, no contexto de conflitos por terra na Baixada Fluminense, se insere em matizes da questão agrária que não envolvem “fazendeiros” ou “latifundiários”, mas em circunstâncias onde a terra aparece como um capital especulativo, adquirida e utilizada como reserva de valor, podendo ser assim “grileiros” desde compradores irregulares de terras até grandes empresas que têm a intenção de expulsar posseiros. Em alguns desses casos, a terra tratada como capital especulativo se relaciona com outros capitais, como é o caso da atuação dos irmãos Coimbra Bueno, em Cachoeiras de Macacu, políticos influentes de Goiás, que adquiriram terras no município em 1954, através de sua empresa Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda,³⁵ da Companhia América Fabril, uma grande fábrica de tecidos localizada em Magé,³⁶ e da família Guinle em Nova Iguaçu, que atuava no município com citricultura, criação de gado e venda de terras através da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, sendo também detentores de capitais de grandeza extraordinária, enormemente diversificados, com destaque para a Companhia Docas de Santos e o Banco Boavista.³⁷ Cabe destacar que alguns desses atores participaram das articulações políticas que culminaram no golpe de 1964, conforme será detalhado mais adiante.

Assim, ao longo da década de 1950 e início de 60, ocorreram diversos conflitos fundiários em diferentes municípios do estado, com destaque para as fazendas Piranema, São Lourenço e Capivari em Duque de Caxias; São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu; nas áreas sob controle da Companhia Fazendas Reunidas Normandia e suas adjacências, em Nova Iguaçu; no Imbé, em Campos dos Goytacazes; nas terras sob controle da Companhia América Fabril, denominadas de “Gleba América Fabril”, em Magé; e no Núcleo Colonial Santa Alice, em Itaguaí.³⁸ Na Baixada Fluminense esses conflitos estiveram, no geral, relacionados à valorização imobiliária e à especulação, consequência da expansão de atividades industriais e de serviços onde hoje corresponde à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e também por conta de investimentos estatais em obras de saneamento, que já vinham sendo implementadas pelo governo federal na mesma região.³⁹

34 GRYSZPAN, op. cit.

35 BRITO, Ricardo. “Luta-se pela terra livre”: conflitos fundiários e ocupações de terra na região da Fazenda São José da Boa Morte. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 205-243.

36 RIBEIRO, op. cit. TEIXEIRA, Marco Antonio. Tempo da ditadura: conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé. In: MEDEIROS, op. cit., 2018, p. 169-204.

37 BULCÃO, Clóvis. **Os Guinle: a história de uma dinastia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. FERREIRA, Álvaro. Ocupações de terra e políticas agrárias no estado do Rio de Janeiro: a trajetória do assentamento de Campo Alegre (Nova Iguaçu e Queimados). **Revista IDeAS**, v. 15, jan./dez. 2021.

38 MEDEIROS, op. cit., 2018b.

39 GRYSZPAN, op. cit.

Em 1952, em meio a conflitos entre posseiros e grileiros na Fazenda São Lourenço e ameaças de despejos na Fazenda Capivari – terras contíguas à Fábrica Nacional de Motores (FNM), em Xerém –, a Comissão de Lavradores de Duque de Caxias transformou-se em uma associação com um objetivo de abrangência maior: a Associação de Lavradores Fluminense (ALF),⁴⁰ que se organizava através de “núcleos” em diversas localidades, isto é, diversas associações locais de lavradores,⁴¹ tal como a Associação de Lavradores de Caxias. De maneira semelhante, em agosto de 1960, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em decorrência de adesão de outras categorias de trabalhadores rurais na associação, bem como por sua expansão de associados em Nova Iguaçu, a entidade passou a se chamar Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados Agrícolas do Município de Nova Iguaçu.⁴² Apesar de ambas entidades terem iniciado seus trabalhos como associações de atuação local que, em momento posterior, foram expandindo suas áreas de atuação, ambas se conectavam com mediadores do PCB, tais como Manoel Ferreira em Magé, José Pureza em Duque de Caxias e Bráulio Rodrigues em Nova Iguaçu,⁴³ que, por sua vez, se ligavam a estruturas organizativas de maior abrangência, como a Ultab. Tal entidade, desde sua fundação em 1954, vinha adotando uma política no sentido de incentivar a realização de encontros camponeses locais e estaduais, estimulando assim maior organização de trabalhadores rurais.⁴⁴

Nesse contexto, foi criada, em 1959, a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj). No ano seguinte, foi fundada também a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Flerj), sob forte influência do governo Roberto Silveira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A Flerj fora fundada “para competir com a então recém-criada Falerj. A nova federação [...] tinha íntima ligação com a Federação dos Trabalhadores Cristãos”.⁴⁵ Mais tarde, em 1963, a Falerj logrou obter carta sindical, fundando assim a primeira federação sindical de trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro, a Federação de Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos,⁴⁶ com direção composta por José Pureza, Bráulio Rodrigues e Manoel Ferreira de Lima.⁴⁷ Na medida em que o movimento camponês estadual foi se solidificando, reunindo associações em torno da Falerj a partir de 1959 – formalizando assim articulações que já estavam sendo realizadas – e, posteriormente, com a fundação

40 PUREZA, op. cit., p. 25-26.

41 Ibidem, p. 35-36.

42 BASTOS, op. cit.

43 SILVA, op. cit. RIBEIRO, op. cit. Pouco é contado, no livro de memórias de Bráulio, a respeito de sua relação com o PCB. Pureza, apesar de não mencionar a esse respeito em seu livro de memórias, era membro do comitê estadual do PCB, segundo o Serviço Nacional de Informação (SNI). ANTECEDENTES DE JOSÉ PUREZA E OUTROS – BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.83008793. Acervo Memórias Reveladas – Arquivo Nacional.

44 MEDEIROS, op. cit., 1989.

45 MEDEIROS, op. cit., 2018a, p. 66.

46 Mais tarde, em 1965, essa federação, por determinação legal, passou a ser chamada de Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag-RJ). ESTUDO DA REALIDADE SÓCIO-SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS NO RIO DE JANEIRO. Contag – 1975. Acervo NMSPP. Fetag-RJ 1964-1989. Caixa 15.

47 Ibidem.

da Federação sindical, havia grande dinâmica política entre as lideranças das associações locais. Houve grande rotatividade nos cargos de direção da Falerj, envolvendo quadros políticos de associações de trabalhadores rurais de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Cachoeiras de Macacu.⁴⁸

A Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa ilustra bem as dinâmicas de articulações políticas que possibilitaram a fundação e funcionamento da Falerj. Tal associação logrou obter diversas vitórias, tanto para os posseiros que eram seus associados quanto para camponeses de outras regiões, em conflitos que esteve envolvida em parceria com outras associações de trabalhadores rurais e também com colonos do Núcleo Colonial Santa Alice, em Itaguaí, passando muitas vezes por articulações que envolviam a Falerj, Flerj, a imprensa progressista que os apoiava, sindicatos e partidos políticos, tais como PCB, PTB e o Partido Social Democrático (PSD).⁴⁹ Esse apoio mútuo resultou, muitas vezes, em desapropriações do governo estadual favoráveis às entidades camponesas, gerando núcleos de colonização agrícola nas áreas desapropriadas.⁵⁰

Os documentos dos órgãos de repressão anexos ao requerimento de anistia de Bráulio Rodrigues da Silva indicam que, apesar de viver na Região de Pedra Lisa e ter se tornado referência do movimento camponês local, Bráulio mantinha relações e atividades políticas com movimentos sindicais de outras localidades da Baixada Fluminense e da Região Serrana.⁵¹ Outros documentos anexos nesse mesmo requerimento e seu livro de memórias⁵² indicam que era ele o responsável por conectar a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa com o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Tecelões de Petrópolis. Ademais, conectava a Falerj com o prefeito de Cachoeiras de Macacu, o petebista Ubirajara Muniz, cujo prontuário demonstra “relações com Manoel Ferreira de Lima e Bráulio Rodrigues da Silva (respectivamente então presidente e secretário da Falerj) e com os sindicatos dos Operários Navais, dos Rodoviários e da Construção Civil”.⁵³ Além dessas conexões, cabe destacar que a ocupação do Imbé, em Campos dos Goytacazes, em 1963, também foi marcada pelo apoio da Falerj,⁵⁴ que conseguia articular-se com operários navais de Niterói e ferroviários de Campos dos Goytacazes.⁵⁵

48 GRYNSZPAN, op. cit., p. 141-142.

49 SILVA, op. cit. BASTOS, op. cit.

50 MEDEIROS, op. cit., 2018a, p. 64. Conforme a autora, embora a primeira desapropriação tenha ocorrido em 1958, em Pedra Lisa, durante o governo de Miguel Couto Filho (PSD), foi no governo de Roberto Silveira (PTB) (1959-1961) que as desapropriações ganharam impulso. O governador propôs o Plano Piloto de Ação Agrária na Assembleia Legislativa, abordando conflitos entre grileiros e famílias de trabalhadores rurais em “terras abandonadas”. O projeto, que se tornou a Lei nº 3.951, autorizava um plano de colonização e aproveitamento de terras devolutas, incluindo medidas como cadastro territorial, tombamento de propriedades particulares e estudos para apontar a possibilidade de colonização e organização de núcleos agrícolas.

51 ANAPAP. **Requerimento de Anistia de Bráulio Rodrigues da Silva, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça**. Mar. 2004 – Maio 2005.

52 SILVA, op. cit., p. 39-40.

53 BRITO, op. cit., p. 222.

54 NEVES, Delma. Posseiros e comunistas: reparações diferenciais de direitos humanos. In: MEDEIROS, op. cit., 2018. p. 287-326.

55 PUREZA, op. cit.

Em Duque de Caxias, importantes lideranças camponesas, além de atuarem em outras lutas por terra na Baixada Fluminense, interagem com o movimento sindical da FNM, sensibilizados com a questão da reforma agrária naquela conjuntura, realizando uma aliança camponesa e operária.⁵⁶ A título de exemplo, Laerte Bastos, liderança camponesa local e filiado ao PCB,⁵⁷ “começou a luta ‘ali na FNM’, em cujas proximidades comprou um sítio, ‘mas queria mesmo era entrosar no movimento’”.⁵⁸ As articulações entre associações camponesas com estruturas sindicais também passavam pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores de Duque de Caxias. Além de entidades sindicais de diversas categorias, compunham esse conselho a “Delegacia dos Trabalhadores da Indústria e do Petróleo, delegado Silas Conforto, e Associação dos Lavradores de Duque de Caxias, presidente Francisco José da Silva”.⁵⁹ Com a inauguração da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) em 1961, Silas Conforto, membro do PCB, se tornaria vice-presidente da primeira diretoria eleita do Sindipetro de Duque de Caxias, fundado em fevereiro de 1962, após se desvincular do Sindipetro-RJ.⁶⁰

Conforme indicado por fontes jornalísticas e documentais, o Sindipetro Duque de Caxias tinha relações políticas consolidadas com entidades camponesas da Baixada Fluminense, tendo apoiado as associações de Magé e Duque de Caxias contra ameaças de despejo a lavradores em ambos os municípios;⁶¹ participado de comício junto a associações camponesas de diversos municípios e diversas entidades sindicais, em solidariedade a lavradores ameaçados de despejo;⁶² prestado auxílio a uma ocupação de terras, organizada pelas associações de trabalhadores rurais;⁶³ e participado de comício em Duque de Caxias nas vésperas do golpe, junto de diversas outras entidades sindicais, parlamentares, cooperativas e entidades de trabalhadores rurais.⁶⁴ Podemos atribuir, em grande medida, essa articulação em decorrência da filiação de lideranças camponesas – tais como Bráulio Rodrigues, José Pureza e Manoel Ferreira – ao mesmo partido de Silas Conforto, vice-presidente do Sindipetro de Duque de Caxias e membro do comitê estadual do PCB.⁶⁵

56 RAMALHO, José Ricardo. **Estado-Patrão e luta operária**: o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 158.

57 BASTOS, Laerte. **Entrevista com Laerte Bastos**. Entrevista concedida ao Projeto Memórias da Luta pela Terra e Moradia – ITERJ. Duque de Caxias, RJ, 2014. Acervo NMSP.

58 MAIA, Aline. O lugar do rural na Baixada Fluminense: incorporação urbana, luta pela terra e articulações ruró-fabris em Duque de Caxias. *In*: MEDEIROS, op. cit., 2018, p. 93-130. p. 111.

59 FILHO, Humberto. Atividades sindicais em Caxias. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, p. 4, 30 jun. 1961.

60 CRUZ, Iracema. **Ouro negro**: sindicalismo petrolero no Rio de Janeiro (1954/1964). 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Segundo a autora, o Sindipetro-RJ foi fundado em 1959, tendo sua diretoria inicial liderada pelo PCB. Com o objetivo de afastar a influência do PCB na Reduc, o superintendente da refinaria propôs dividir o sindicato, resultando na criação do Sindipetro Duque de Caxias. Contudo, a chapa apoiada por ele perdeu a primeira eleição para membros já envolvidos com o Sindipetro-RJ.

61 SUSTADOS despejos de lavradores em Caxias. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, p. 5, 12 jun. 1963. TERRORISTAS tramam atirar trocas contra camponeses. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, p. 2, 21 jun. 1963.

62 CALDAS, Fernando. Reformas mobilizam a Baixada Fluminense. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, p. 5, 11 jun. 1963

63 DONADEL, César; SANTOS, Luís. Lavradores deixam a “Cidade dos Meninos” e ocupam posição estratégica nos morros. **Última Hora**. Rio de Janeiro, p. 2, 22 fev. 1964; APERJ; Coleção Política Política, **Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva**, notação 22.147.

64 5.000 pessoas reunidas no comício de Caxias. **Última Hora**. Rio de Janeiro, p. 2, 9 mar. 1964.

65 ANTECEDENTES DE SYLLAS CONFORTO – BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_71004185_d0001de0001.

Nesse sindicato, o partido era uma força política bastante representativa, contanto com cerca de 120 membros.⁶⁶

Ademais, cabe destacar que foi na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro – com o qual Bráulio mantinha articulação política com a associação de Pedra Lisa – onde a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) comemorou seu aniversário de dois anos em 25 de março de 1964, em episódio conhecido como “Revolta dos Marinheiros”. A AMFNB mantinha relações políticas com diversos sindicatos,⁶⁷ incluindo o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias.⁶⁸ Esse sindicato representava os trabalhadores da Fábrica de Borracha Sintética (Fabor), onde havia 98 membros do PCB⁶⁹ e onde atuava Dinarco Reis Filho, figura importante na tentativa de resistência armada aqui analisada.

Métodos de defesa armada em conflitos por terra no pré-64

É IMPORTANTE notar que os conflitos por terra vinham escalonando de tal forma que os métodos de defesa armada por parte dos lavradores vinham sendo cada vez mais comuns – para além das estratégias jurídicas e de negociação política com autoridades estatais apoiadas por mobilizações populares, que já vinham ocorrendo. Esse tipo de resistência se colocava em um cenário em que determinadas intervenções estatais a favor das entidades de trabalhadores rurais não surtiam mais efeito prático, no sentido de interromper a ação violenta dos grileiros, e eram entendidas pelos trabalhadores como formas de autodefesa. Foi o caso da Região de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, em agosto e dezembro 1956⁷⁰ e em 1960;⁷¹ nas fazendas São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, e São Lourenço, em Duque de Caxias, em 1961;⁷² em Itaguaí, no Núcleo Colonial Santa Alice, em 1961 e 1962;⁷³ e em Capivari, em 1963, em Duque de Caxias.⁷⁴

Acervo Memórias Reveladas – Arquivo Nacional

66 FILHO, Dinarco Reis. **Entrevista de Dinarco Reis Filho**. Entrevista concedida ao Núcleo Piratininga de Comunicação. Rio de Janeiro, RJ, 2015 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C7tqtsOILpM>.

67 DUARTE, Antônio. **1964: A luta dos marinheiros**. Natal: Diorama, 2009. p. 51, 65.

68 Uma vez que pouco antes do aniversário da associação, os marinheiros planejaram uma visita ao complexo petroquímico Presidente Vargas, o que foi considerado ato de insubordinação. CAPITANI, Avelino. **A Rebelião dos Marinheiros**. Porto Alegre: 1997. p. 51.

69 FILHO, op. cit.

70 APERJ; Coleção Polícia Política, **Prontuário-RJ de Edésio Carvalho da Rocha**, notação 21.576. DISPOSTOS os camponeses a defender suas terras. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, p. 4, 18 ago. 1956. ARAÚJO, op. cit., p. 50.

71 Jornal não identificado. *In*: Anapap, Acervo da Associação Nacional dos Anistiados Políticos Aposentados e Pensionistas. **Requerimento de Anistia de Vantuil Dias Lacerda, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça**. Mar. 2006 – Maio 2008.

72 LIMA, Ulisses. **Luta armada: Baixada Fluminense 1961**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1985. BRITO, op. cit., p. 219. MAIA, op. cit.

73 LIMA, op. cit., p. 96. SILVA, op. cit., p. 32. DECRETADA a prisão do executor do plano agrário estadual. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 3, 25 jan. 1962. GRILEIROS desmoralizam o governo. **Terra Livre**, São Paulo, capa, fev. 1962.

74 GRYNSZPAN, op. cit., p. 213.

Na maioria dos casos, tratava-se de conflitos para evitar despejos, deflagrando-se contra policiais militares e homens armados a serviço de grileiros, utilizando-se os lavradores de armas de caça, revólveres e até mesmo facões, enxadas, pedaços de pau e pedras. Entretanto, Manoel Antônio da Costa, lavrador que esteve envolvido no conflito armado da Fazenda São Lourenço, conta que o deputado federal Tenório Cavalcanti⁷⁵ prestou auxílio, mediando fornecimento de armas de um arsenal da Marinha, mas que não chegaram a ser utilizadas no confronto.⁷⁶ Vale mencionar que a AMFNB, fundada no ano seguinte, segundo membro dessa associação, prestava “ajuda direta e indireta para os camponeses do Estado do Rio de Janeiro, que invadiam latifúndios. Dávamos orientação de autodefesa e trabalhávamos junto à polícia para que não fossem atacados”.⁷⁷

Ademais, Manoel ainda relata ter participado de um “Curso de Guerrilha”. “Quem estava comandando era Francisco Julião. [...] É um curso lá de Cuba. [...]. Nós fizemos (o curso) em Magé [...] numa fazenda que tem lá perto, lá perto de Santo Aleixo [...]. (Esse curso) foi antes da Trincheira (de São Lourenço)”. Perguntado sobre em que condições a liderança pernambucana das Ligas Camponesas havia estado no Rio de Janeiro, ele responde que ‘isso aí eu não sei te explicar por quê’.⁷⁸

Naquela época, pelo menos de maneira pública, Julião não se posicionava a favor da tática de guerrilha,⁷⁹ tendo, inclusive, diversos atritos com o chamado “setor armado das Ligas Camponesas”.⁸⁰ Apenas em 1962, meses depois das “Trincheiras de São Lourenço”, que Francisco Julião fundaria o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), ou Movimento 21 de Abril, com o objetivo de dirigir todas as tendências das Ligas, inclusive o setor armado.⁸¹ Contudo, conforme argumentado por Teló,⁸² é importante levar em conta a possibilidade de que o discurso público de Julião não era necessariamente condizente com o que ele realmente pensava a esse respeito, antes mesmo da fundação do MRT, chegando a mencionar sua convivência com a iniciativa de dispositivos do “setor armado”.⁸³

75 Tenório Cavalcanti, conhecido como “o homem da capa preta”, foi um político influente na Baixada Fluminense, destacando-se por seu estilo político agressivo e violento. Portando uma submetralhadora chamada de Lurdinha, assumiu uma aura de “mito”. Foi eleito deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) em 1947, 1950, 1954 e 1958. Participou das eleições para o governo da Guanabara em 1960 pelo Partido Social Trabalhista (PST) e do Rio de Janeiro em 1962, onde obteve apoio do PCB. Após o golpe de 1964, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos. (CAVALCANTI, Tenório, verbete biográfico CPDOC. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-tenorio>. Acesso em: 23 maio 2024.

76 COSTA, Manoel. **Entrevista de Manoel Antônio da Costa**, concedida a Marcelo Hernandez. Duque de Caxias, RJ, 27 dez. 2004. Acervo NMSPP.

77 CAPITANI, Avelino. **A rebelião dos marinheiros**. Porto Alegre: 1997. p. 31.

78 COSTA, op. cit.

79 MEDEIROS, op. cit., 1989.

80 Para mais detalhes, ver: MORAIS, Clodomir. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**, v. 4: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 21-76.

81 Ibidem. Com inspiração foquista, o MRT instalava campos de treinamento de guerrilha em algumas fazendas compradas. GORENDER, op. cit., 1987, p. 47-48. Nesse sentido, Moraes também menciona que havia um Campo de Treinamento Guerrilheiro no estado do Rio de Janeiro, localizado na serra de Petrópolis no início da década de 1960. MORAIS, op. cit., p. 57.

82 TELÓ, Fabrício. **Organizações armadas e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. p. 61.

83 SALES, 2005 apud TELÓ, 2019, p. 61.

De toda maneira, além de Manoel Antônio, participaram desse curso outros lavradores da região, incluindo Mauro Gorgonha e Félix Escobar, lideranças locais do PCB. Este último atuou na organização de camponeses em Xerém e, posteriormente, integrou o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), tendo sido preso e desaparecido em 1971,⁸⁴ após participar de uma tentativa de recrutamento de camponeses em Duque de Caxias para se engajarem na luta armada.⁸⁵ Entretanto, conforme relatado por Manoel Antônio da Costa, José Pureza e Bráulio Rodrigues, ambos entre os principais articuladores da Falerj, não estiveram presentes, mas menciona que Climério, “presidente do Sindicato da Petrobras”, esteve presente.⁸⁶

Contudo, em decorrência de uma viagem de Bráulio à Cuba, representando a Falerj, onde conheceu pessoalmente o primeiro-ministro Fidel Castro, junto de Francisco Julião, que também fazia parte da comitiva brasileira, em 29 de dezembro de 1964, um delegado da Delegacia da 15ª Região Policial, em Nova Iguaçu, concluiu que Bráulio teria feito por lá um curso de guerrilha.⁸⁷ A viagem, que ocorreu em 1961,⁸⁸ de acordo com Gorender, teria alterado a percepção de Francisco Julião e do grupo dirigente das Ligas, no sentido de que a “via da luta de guerrilhas subiu ao primeiro ponto da agenda”.⁸⁹

As circunstâncias do curso de guerrilha apontado por Manoel Antônio da Costa, bem como a suposição dos órgãos de repressão sobre Bráulio ter realizado curso de guerrilha em Cuba, merecem maior aprofundamento. De toda maneira, ocorreu dentro de um processo em que as entidades de trabalhadores rurais da Baixada Fluminense vinham desenvolvendo métodos cada vez mais frequentes de defesa armada.

Nesse contexto, embora o PCB estivesse adotando uma linha de luta institucional, afastado da via armada, Bráulio Rodrigues, ao comentar sobre o curso de guerrilha mencionado por Manoel Antônio da Costa, diz que havia uma divisão no partido entre militantes mais e menos “revolucionários”.⁹⁰ Isso ocorria de maneira simultânea ao processo político que levaria ao “racha” do partido em 1962, originando o PC do B,⁹¹ ocasião em que Bráulio se desfilhou, não permanecendo em partido algum, mas ainda cooperando politicamente com ambos partidos.⁹² De toda forma, José Pureza, ao comentar a linha pacífica do PCB, diz que “isto não queria dizer ‘dar a outra face’. Ação de jagunços se enfrentava, nós obedecíamos ao que o camponês dissesse”.⁹³ Esses

84 MAIA, op. cit., p. 123.

85 TELÓ, op. cit. CODARIN, Higor. À revolução brasileira! O Movimento Revolucionário 8 de Outubro e os trabalhadores na luta armada (1969-1971). In: SALES, Jean; FORTES, Alexandre (org.). **A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local**. Salvador: Saggá, 2022.

86 COSTA, op. cit.

87 APERJ; Coleção Polícia Política, **Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva**, notação 22.147.

88 O documento anterior não diz exatamente em qual ano a viagem ocorreu, apenas que foi após a fundação da Falerj (1959). Mas, no processo de Bráulio, é dito reiteradas vezes que a viagem ocorreu em 1961.

89 GORENDER, op. cit., 1987, p. 38.

90 SILVA, Bráulio. **Entrevista de Bráulio Rodrigues da Silva**, concedida a Marcelo Hernandez, Mauro e Renata. RJ, 28 dez. 2004. Acervo NMSPP.

91 Para mais detalhes, ver: PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

92 SILVA, op. cit., 2008, p. 41.

93 ARAÚJO, Frederico. **Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964**. 1982. Dissertação (Mestrado

elementos indicam que a Falerj, apesar de dirigida pelo PCB, apoiava as ações armadas sendo “empurrada” pela base.⁹⁴

O golpe de 1964 e a tentativa de resistência

NÃO É DE SE surpreender que entre os articuladores do golpe figurassem negociadores de diversos setores da economia, entre eles, especuladores imobiliários que disputavam o controle de terras com posseiros na Baixada Fluminense. Muitos destes se organizavam no bloco político constituído pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que, articulados com oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG), foram capazes de disputar a opinião pública, culminando na ação militar golpista em abril de 1964.⁹⁵

É o caso de Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, políticos influentes de Goiás que disputavam terras com posseiros em Cachoeiras de Macacu.⁹⁶ Enquanto o primeiro figurava na lista de “ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES”, conforme apontado por Dreifuss,⁹⁷ “seu irmão Jerônimo, [...] teve papel ativo na articulação do golpe de 1964”.⁹⁸ Também na obra de Dreifuss,⁹⁹ entre as ligações econômicas com o IPES, “são citadas as companhias e grupos: Coimbra Bueno e Cia. Ltda. (empresa de engenharia e urbanismo), Agrobrazil S.A., British-Americano Tobacco e Fundação Coimbra Bueno”.¹⁰⁰

As atividades do IPES também recebiam apoio da família Guinle por via da Companhia Docas de Santos e Banco Boavista, contando com a participação de membros ativos desse bloco político e de associados e colaboradores do IPES via Banco Boavista,¹⁰¹ com destaque para Cândido Guinle de Paula Machado, enquanto contribuinte do IPES via Banco Boavista e Cia. Docas de Santos.¹⁰² Carlos Guinle, um dos tios de Cândido Guinle de Paula Machado, também era associado ao IPES.¹⁰³

Cândido e seus irmãos foram os principais herdeiros do tio Guilherme Guinle, que faleceu sem filhos em 1960, herdando os principais negócios da família, como a Cia. Docas de Santos e o Banco Boavista.¹⁰⁴ Guilherme Guinle também era presidente da Cia. Fazendas Reunidas Normandia.¹⁰⁵ Esses irmãos também foram uns dos herdeiros do tio Arnaldo Guinle,

em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982. p. 38.

94 TELÓ, op. cit., p. 160.

95 DREIFUSS, René. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

96 BRITO, op. cit.

97 DREIFUSS, op. cit., p. 513.

98 BRITO, op. cit., 216.

99 DREIFUSS, op. cit.

100 BRITO, op. cit., p. 215.

101 DREIFUSS, op. cit., p. 745.

102 Ibidem, p. 627, 637

103 Ibidem, p. 293

104 BULCÃO, op. cit.

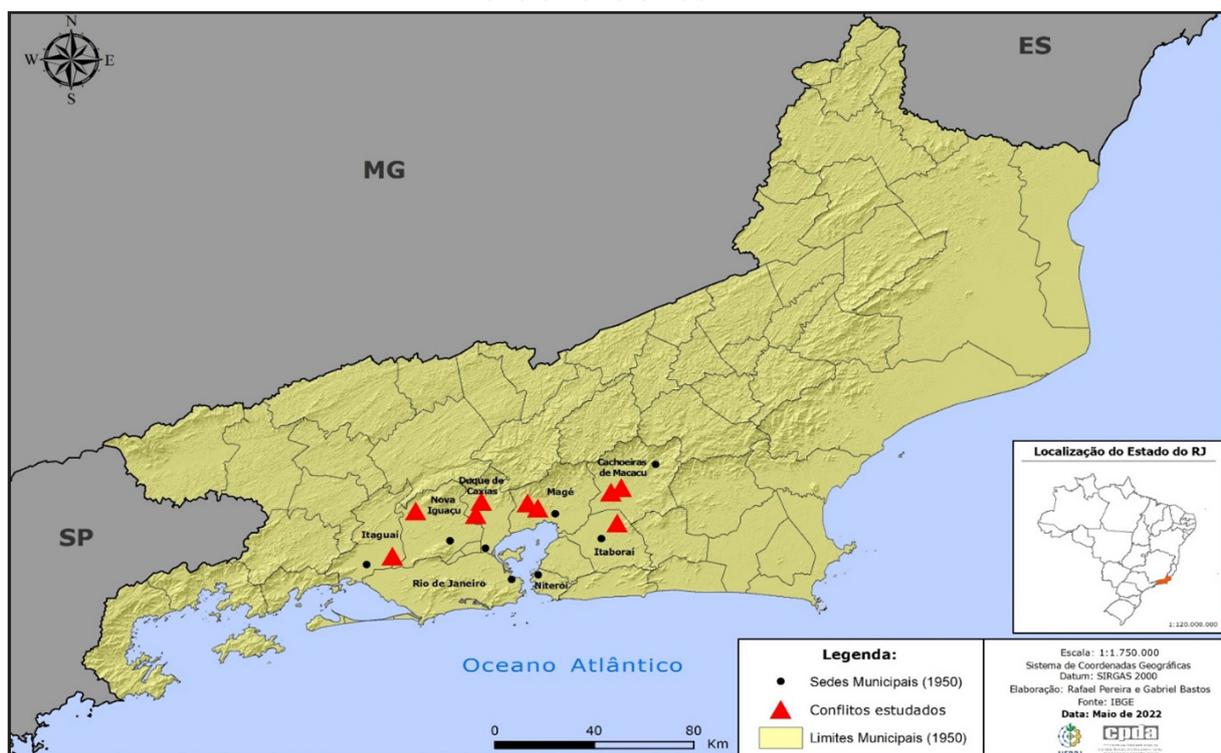
105 DANTAS, Luiz. “**A Normandia**” de Guinle Irmãos - Nova Iguaçu. Niterói: Vasconcellos estabelecimento graphico, 1935.

que faleceu em 1963, fundador da Cia. Fazendas Reunidas Normandia,¹⁰⁶ empresa que vinha disputando terras com posseiros em Nova Iguaçu desde o início da década de 1950.

Uma vez que estes e outros membros das elites políticas de todo o Brasil, bem como os principais meios de comunicação, se concentravam no Rio de Janeiro, capital federal até 1960, a luta pela terra em suas imediações antes do golpe de 1964 era uma “caixa de ressonância” para todo o país.¹⁰⁷ A título de exemplo, as disputas por terra entre posseiros e os irmãos Coimbra Bueno em Cachoeiras de Macacu ganhavam destaque nos jornais, impactando as elites, que se sentiam ameaçadas pelas reformas de base, em especial a reforma agrária.¹⁰⁸

Dentro dessa perspectiva, a compreensão das mobilizações camponesas enquanto possíveis focos de preparação de guerrilhas é um tema presente nas páginas do Inquérito Policial Militar (IPM) 709 que investigou o PCB.¹⁰⁹ Trata-se de uma leitura que, além dos elementos mencionados, é também reflexo dos então recentes acontecimentos em Cuba. O documento expõe nítida preocupação com um cinturão de conflitos por terra nos arredores da cidade do Rio de Janeiro. Em trabalhos anteriores,¹¹⁰ alguns dos principais conflitos fundiários ocorridos entre 1948 e 1964 foram estudados, indicados no mapa a seguir:

Mapa dos conflitos fundiários em torno do município do Rio de Janeiro entre 1948 e 1964¹¹¹



106 BULCÃO, op. cit.

107 LERRER, Débora. Memória, recalque e questão agrária no Brasil. **Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 43, n. 1, 2023.

108 Ibidem.

109 IPM DO PCB. INQUÉRITO Policial-Militar nº 709. **Relatório dos inquéritos**. Brasília: STM/SeArq, 1966.

110 MEDEIROS, op. cit., 2018b. BASTOS, op. cit.

111 BASTOS, op. cit., p. 139.

Quando o golpe ocorreu, a situação dos posseiros da Baixada Fluminense e de suas lideranças se tornou crítica. Como narra Bráulio Rodrigues da Silva:

Eu estava em Pedra Lisa, aguardando um outro movimento que viria, aguardando uma contrarrevolução que tinham nos prometido. Já tinha as tarefas designadas: o que ia fazer, para onde ia, essa coisa toda. Nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe. Não éramos só nós em Pedra Lisa: havia outros setores do campo que estavam na mesma situação. As associações de lavradores e o Partido Comunista estavam envolvidos naquela resistência também. Nós tínhamos uma função muito importante no contragolpe.

[...]

Nós estávamos preparados. E íamos acompanhando pelo rádio também. Daí a pouco escutamos no rádio que o João Goulart tinha saído, que estava deixando o país. Aí eu reuni com o grupo que estava lá, não era pouca gente, era muita gente, reuni com todos eles. Não era coisa secreta, com um grupo só: era com todo mundo.

- Olha, o problema é o seguinte: João Goulart está saindo. Até agora o que prometeram trazer para nós não chegou até aqui. Evidentemente vai ter dificuldade para chegar, e nós não vamos ficar aqui porque nesta hora, agora que está acontecendo isso, vão vir grileiros, vão vir assassinos, jagunços, [...] para fazer justiça com as mãos deles em cima de nós, principalmente em cima de mim e nos demais companheiros que estão aqui na direção.

[...]

Pois não deu outra: saí e em 40 minutos ou mais um pouco, chegou um monte de gente procurando por mim, tudo armado para me matar. Não era polícia, não era nada. Eram justamente pessoas de que eu falei, ligadas a grileiros, que aproveitavam o momento para dizer que estavam fazendo isso em nome dos que estavam dando o golpe no país.¹¹²

Ademais, logo após a chegada dos homens armados mencionados por Bráulio, uma tropa do Exército, contando com tanques de guerra, ocupou a Região de Pedra Lisa, buscando lideranças camponesas e armas em várias casas e na sede da associação.¹¹³ Conforme apontado anteriormente, Bráulio havia se desfilado em 1962, mas manteve contato com o PCB e PC do B no sentido de realizar cooperação política. Laerte Bastos, membro do PCB, tece afirmações semelhantes às de Bráulio sobre um “contragolpe”, descrevendo um plano de resistência armada que envolvia articulação entre o Sindipetro Duque de Caxias e trabalhadores rurais da Associação de Lavradores de Caxias:

Laerte Bastos: Na antevéspera, que foi [...] 1º de abril, nós estávamos reunidos, por que aí já tava a situação nacional perigosa, ameaçada, e tal, da ditadura, que acabou acontecendo né? Então, nós reunia uma imensidão de pessoas... Olha, nessa reunião que eu tô falando, devia ter assim, umas 500 pessoas, muita gente. Eu me lembro como se fosse hoje, uma multidão de gente, que foi uma reunião especial, por que nós já tava resistindo... Ah! Nós tava mobilizado pra receber arma pra enfrentar a situação, por que já

112 SILVA, op. cit., 2008, p. 43.

113 Conforme relatado em diversas entrevistas e conversas informais no trabalho de campo, e no depoimento de José Eufrásio em: MORADORES DO IMBÉ. **Reunião no Vecchi com moradores oriundos do Imbé.** Entrevista concedida a Eliane Cantarino O'Dwyer. Campos dos Goytacazes, RJ, 2 set. 1981. Acervo NMSPP.

havia essa ameaça do golpe, entendeu? Então a gente reuniu e eu disse: “companheiros, nós estamos aqui aguardando as armas que vão chegar...”. E nós era ligado, agora vou lembrando... Ao sindicato da Petrobras!

Entrevistado: Lá tinha um cara chamado Silas Conforto né? Ele era do sindicato? [...]

Laerte Bastos: O Silas Conforto era um cara extraordinário, ele ligava com a gente, ele dava apoio, mandava até alimentação pra gente, entendeu? [...] Então, a gente tava com essa condição. Então fizemos essa reunião: “nós temos que estar preparados, por que estamos ameaçados de um golpe, e nós estamos todos aqui, nós vamos receber armas aqui...”. Então, a conversa era essa com o Silas Conforto, que nós receberíamos armas, e nós ia pegar em armas mesmo, sem nenhuma dúvida. Aí foi quando veio o golpe. A última reunião que nós fizemos... Nessa reunião, do dia 31, veio através do Silas, não sei como é que foi, que nós tinha perdido, que os homens assumiram o governo, deram o golpe, [...] e nós não tinha mais possibilidade nenhuma. Aí foi uma tragédia... [...] Nós, esperando armas, nessa reunião que eu tô falando, tava a iminência de tal, mobilizamos as pessoas, tinha muita gente, mas muita gente mesmo... Então, a gente disse: “companheiros, infelizmente não podemos resistir, não vem mais armas pra ninguém, e nós temos que debandar”. [...] Ah! Aí já tinha até deflagrado o golpe e o Exército veio de Juiz de Fora, comandado lá pelo general e entrou lá por que sabia que lá tinha uma resistência, né? Entrou lá de caminhão [...]. E eles vieram, e invadiram e tomou conta de tudo. Eu já não fui mais pra minha casa. Eu tive que já sair dali fugido.¹¹⁴

Conforme observado anteriormente, à época, as entidades camponesas da Baixada Fluminense estavam profundamente articuladas com outras entidades sindicais. A forma pela qual Laerte expõe a expectativa de fornecimento de armas por parte do Sindipetro Duque de Caxias indica que essa estratégia já vinha sendo planejada, porém, abortada na ocasião do golpe.

Em entrevista para o trabalho de Cruz,¹¹⁵ Sr. Aristélio Travassos, que era membro do PCB e do Sindipetro Duque de Caxias, conta que ele e o então superintendente da Reduc foram “até o Rio de Janeiro pegar armas para resistir ao golpe. Mas quando chegamos com o caminhão cheio de armas na refinaria, fomos presos, os ‘esquerdistas’ não estavam mais lá para resistir ao golpe”.

A esse respeito, Dinarco Reis Filho, que em 1964 trabalhava na Petrobras, na Fabor, onde era secretário-geral do Comitê da Fabor e da direção nacional dos petroleiros do PCB – colegiado comandado pelo Comitê Central do partido –, conta os motivos pelos quais as armas não foram entregues:

Estávamos trabalhando quando soubemos do levante armado. Imediatamente fizemos uma reunião do Comitê e entramos em contato com a Reduc. Eles já tinham se comunicado com o partido no Rio e a orientação era entrar em greve, o que foi feito imediatamente, paramos a fábrica e entramos em greve. Tentando nos preparar para a defesa armada, o pessoal da Reduc foi procurar apoio e armas no Corpo de Fuzileiros Navais, que ficava perto de Caxias e era comandado pelo almirante Aragão e nós fomos até o Sindicato

114 BASTOS, Laerte, op. cit.

115 CRUZ, op. cit., p. 102.

dos Operários Navais, em Niterói, pois diziam que eles tinham armas.¹¹⁶ Mas quando lá chegamos, vimos que as armas estavam nas mãos das tropas e estavam prendendo os dirigentes sindicais. Nesse momento [...], voltamos até a Petrobras em Caxias.

[...] Conseguimos voltar para a Reduc. Quando eu tava voltando, tava chegando um caminhão com armas e munições. Nessa altura, a massa de trabalhadores já tinha ido embora, então tava só uma meia dúzia de militantes comunistas. Aí, “o que nós vamos fazer com tanta arma e munições?” A gente não podia voltar pela Rio-Petrópolis, porque tava arriscado dar de cara com as tropas e ser preso, com um caminhão cheio de armas. O que nós fizemos? Nós não, foi a direção da Reduc, porque eu não participei. Eles jogaram as armas e tudo num canal que tem lá na Petrobras.¹¹⁷

Após isso, o Exército ocupou a Reduc, tornando-se, de acordo com Silas Conforto “um tipo de campo de concentração, uma coisa horrível”,¹¹⁸ e o sindicato foi “violentamente invadido, foi tudo destruído: a biblioteca, o cinema, os instrumentos da orquestra sinfônica, o mimeógrafo, tudo desapareceu”.¹¹⁹ Além de intervenção sindical, um IPM foi instaurado para investigar as ações de “comunistas” na empresa, resultando em exonerações em sua direção e cassações políticas.¹²⁰

De toda maneira, pelo exposto na entrevista de Dinarco, o motivo pelo qual os dirigentes do Sindipetro Duque de Caxias tomaram a decisão de desistir da resistência foi a ausência de grande número de possíveis combatentes na refinaria. No caso de Aristélio, sua entrevista sugere que ele teria feito parte de um terceiro grupo, além dos apontados por Dinarco, que foi buscar armas. Contudo, ao chegarem, o Exército já havia ocupado a Reduc antes mesmo que pudessem distribuí-las.

Todavia, na percepção de lideranças camponesas, a resistência ao golpe foi abortada por conta de uma decisão de quem lhes forneceria as armas, não daqueles trabalhadores rurais que estavam dispostos a empunhá-las. Tanto Bráulio quanto Laerte descrevem que, na ocasião do golpe, suas entidades camponesas estavam reunidas com um número expressivo de pessoas: “Aí eu reuni com o grupo que estava lá, não era pouca gente, era muita gente, reuni com todos eles”;¹²¹ “nessa reunião que eu tô falando, devia ter assim, umas 500 pessoas, muita gente. Eu me lembro como se fosse hoje, uma multidão de gente”.¹²² Em ambas as reuniões, tanto da Associação de Lavradores de Caxias quanto

116 À época do golpe, o almirante Aragão, oficial da Marinha conhecido por sua lealdade a João Goulart, comandava o Corpo dos Fuzileiros Navais. Segundo Antônio Duarte e Avelino Capitani, membros da AMFNB, José Anselmo – presidente da associação, conhecido por ter colaborado com o regime ditatorial e acusado de já ser um agente golpista infiltrado na associação antes do golpe – “tentaria organizar um batalhão com operários marítimos voluntários”, mas informou que eles “tinham muitas dificuldades de organização”. CAPITANI, op. cit., p. 64. Segundo Duarte, “Anselmo saiu com um grupo de pessoas, alguns civis e outros militares, segundo alguns, para organizar uma resistência com os portuários e manter contatos com as ‘Ligas Camponesas’ do estado do Rio, na região por onde voltariam as tropas do governo que haviam aderido ao golpe”. DUARTE, op. cit., p. 76.

117 FILHO op. cit.

118 CRUZ, op. cit., p. 101.

119 Ibidem, p. 102.

120 Ibidem.

121 SILVA, op. cit., 2008, p. 43.

122 BASTOS, Laerte, op. cit.

da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, os camponeses aguardavam o armamento para realizarem uma resistência ao golpe.

Em Pedra Lisa, como dito anteriormente, Bráulio afirmava que “já tinha as tarefas designadas: o que ia fazer, para onde ia, essa coisa toda. Nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe”. Entretanto, José Eufrásio, que era membro do Conselho Fiscal da associação, se recorda da ocasião de maneira distinta: “Em Pedra Lisa, a Comissão da Associação não sabia o que fazer. Quando Jango se mandou, resolvemos ficar parados. Se o presidente fica, a gente podia resistir.”¹²³ Essa afirmação indica que pode ter havido um dilema, entre as associações camponesas e o Sindipetro Duque de Caxias, entre resistir ou não, condicionado à reação do presidente João Goulart ao golpe.

Camponeses, resistência armada e formação de guerrilha na Baixada Fluminense: representações sociais da memória

O QUE SE SABE a respeito de tentativas de formação de guerrilha rural após o golpe de 1964 nas imediações da serra do Tinguá – maciço contíguo a Xerém e à Região de Pedra Lisa – diz respeito a uma tentativa do MR-8 de recrutar camponeses no início da década de 1970, em Duque de Caxias. Esse recrutamento preliminar para o engajamento armado – que ocorreria não necessariamente em Caxias – foi rapidamente abortado por conta da repressão. Estudos sugerem que é difícil afirmar se os militantes estavam ali em virtude primordial de mobilizar camponeses ou em função de se esconder.¹²⁴ Houve interlocução desse grupo com militantes da Frente de Libertação Nacional (FLN) que, segundo documentos dos órgãos de repressão, dispunha de um sítio “na região da antiga Fazenda São Lourenço, na contraencosta do Tinguá”,¹²⁵ que seria utilizado “para esconder um embaixador que seria sequestrado”.¹²⁶ Todavia, tanto representações sociais da memória em Pedra Lisa quanto documentos consultados mencionam uma tentativa de formação de guerrilha na região logo após o golpe.

No trabalho de campo, foram colhidos diversos relatos em Pedra Lisa que mencionam uma ocupação militar na região logo após o golpe, utilizando-se de tanques de guerra, buscando suspeitos e armas escondidas em diversas casas, impondo violência contra moradores. Em entrevista concedida em setembro de 1982,¹²⁷ o lavrador José Eufrásio, que residia em Pedra Lisa na ocasião do golpe, relata que “duas horas depois do Jango sair, o Exército ocupou Pedra Lisa. Inclusive quebraram a Sociedade dos Lavradores,

123 MORADORES DO IMBÉ. **Reunião no Vecchi com moradores oriundos do Imbé.** Entrevista concedida a Eliane Cantarino O'Dwyer. Campos dos Goytacazes, RJ, 2 set. 1981. Acervo NMSPP.

124 TELÓ, op. cit. CODARIN, op. cit.

125 INFORMAÇÃO Nº 670 CH/70 – BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_80004441_d0001de0001. Acervo Memórias Reveladas – Arquivo Nacional.

126 CAPITANI, op. cit., p. 161.

127 MORADORES DO IMBÉ, op. cit.

botaram tudo para o lado de fora. Era uma sede muito boa”. Após isso, conta o lavrador, “o Exército passou dois ou três dias procurando umas granadas, que eles diziam que lá existia um armamento enorme. No entanto, nunca ninguém descobriu, esse armamento nunca apareceu”. No dia 14 de abril de 1964, em documento secreto, informe ao Serviço Federal de Informações e Contra Informação (SFICI), os órgãos da repressão mantêm a suspeita de armas enterradas em Pedra Lisa:

Este serviço recebeu o seguinte informe:

- Na região de PEDRA LISA, próximo a NOVA IGUASSU-RJ, região que só tem uma entrada e uma saída, existe reunião de elementos subversivos que inclusive teriam feito curso de Guerrilha em CUBA.

No cemitério velho de NOVA IGUASSU-RJ existem sepulturas com laje em cimento “novo”, fresco, provocando suspeitas de que ali haja algum material enterrado.¹²⁸

Conforme discutido anteriormente, a suspeita levantada pelos militares, a respeito do curso de guerrilha em Cuba que Bráulio teria feito, partira de uma visita ao país feita por ele, representando a Falerj, acompanhado de Francisco Julião. Havia, no IPM do PCB, a suspeita de que uma guerrilha vinha sendo formada em Pedra Lisa logo após o golpe, com o protagonismo de Alvino Alves dos Santos, que fora presidente da Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa e vice-presidente da Falerj.

Alvino Alves dos Santos – vulgo “didi” e “diamante negro” é líder comunista de grande projeção para o Partido Comunista. Em 22/4/64 estava foragido da sua zona Pedra Lisa, (...) onde com estudantes, militares, operários e camponeses, treinava e instrua guerrilhas e ação, juntamente com o seu comparsa de ideologia Bráulio Rodrigues da Silva. A ação de ambos se estendia em todos os locais do Estado do Rio e Estado da Guanabara.¹²⁹

Cerca de um mês antes desse documento ter sido expedido, Alvino foi preso.¹³⁰ No caso de Bráulio, após permanecer foragido após o golpe, foi preso em 1966.¹³¹ Curiosamente, embora o regime ditatorial tenha afirmado, nos documentos dos órgãos de repressão, que ambos organizavam uma guerrilha em Pedra Lisa logo após o golpe, nenhum deles foi julgado por essa acusação. Após exaustivas análises em prontuários e os mais variados documentos, relacionados a Alvino e Bráulio, não foi encontrada menção alguma a esse tipo de acusação após terem sido presos.

Diferentemente disso, Alvino foi absolvido pela Auditoria da Marinha, em março de 1966, da acusação de “incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência” em processo “que teve origem em inquérito realizado em Itaguaí, cidade do Estado do Rio de Janeiro”,¹³² em referência aos conflitos ocorridos no Núcleo

128 APERJ; Coleção Polícia Política, **Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva**, notação 22.147.

129 BNM_279 – IPM709 – **Informativo de Alvino Alves dos Santos** – Pg.14158 –22/03/1965. Acervo Brasil: Nunca Mais!

130 APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Elpídio Brum de Almeida, notação 22.915.

131 SILVA, op. cit., 2008.

132 APERJ; Coleção Polícia Política, série DOPS, notação 82, dossiê 3, folha 49.

Colonial Santa Alice entre 1961 e 1962. Posteriormente, em setembro de 1968, em um julgamento que envolvia 35 réus dos mais variados cargos da Supra e lideranças camponesas, entre eles Bráulio Rodrigues, o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Aeronáutica absolveu, “por unanimidade de votos, 35 pessoas das mais variadas categoriais profissionais junto ao chamado processo da SUPRA”,¹³³ incursos na Lei de Segurança Nacional.¹³⁴

Todavia, a possibilidade de formação de guerrilha em Pedra Lisa não deve ser menosprezada, uma vez que o assunto ainda se faz presente nas representações sociais da memória dos moradores da região, mas tratado com muita cautela, muitas vezes de forma subterrânea.¹³⁵ Poderíamos até mesmo dizer que há uma certa confusão em torno do assunto e que ocasionalmente se mistura com a tentativa abortada de resistência ao golpe – o que pode ser oriundo da narrativa dos órgãos de repressão, somado à circulação de rumores ao longo de décadas, através de memórias subterrâneas ou “herdadas”.¹³⁶

O fato é que existem representações memorialísticas verbalizadas por distintos moradores da região, expressas de diversas maneiras; seja de forma confusa, misturando narrativas e rumores, seja de forma assertiva, podendo idealizar essa possibilidade de guerrilha, ou até mesmo de forma cautelosa, marcada pelo medo, quando o assunto é a incursão militar, a busca por “comunistas” e a “guerrilha”.

Uma vez que existem esses tipos de representações memorialísticas, podemos levantar a seguinte hipótese: talvez uma tentativa de formação de guerrilha logo após o golpe possa até ter sido levada em consideração por membros da associação que estavam foragidos, talvez, organizada por articulações políticas maiores, conforme apontado por um entrevistado que menciona o PCB. Trata-se de um ex-militante do partido, desfilado no início dos anos 1990, profundamente envolvido com o PCB na segunda metade dos anos de 1980, que conta sobre o que ouvia de dirigentes mais velhos:

O Chico¹³⁷ era um militante do PCB, ele era um senhor já no final da década de 80 [...] e ele sempre me disse o seguinte: aqui sempre houve um grupo de resistência, havia um enterramento de armas que ele disse que seria interessante procurar, na época eu era estudante [...] e ele achava que eu poderia procurar esse carregamento, que todo mundo enterrou, que ele sabia mais ou menos onde era o local, mas que durante muito tempo ele ficou sem vir e que precisava ser procurado. [...] Ele acha que o Exército nunca conseguiu recuperar esse carregamento de armas que veio para abastecer a guerrilha aqui, que era a resistência dos camponeses. Eu nunca vim procurar esse material, mas o Chico tinha certeza de sua existência.¹³⁸

133 SUPRA: absolvidos os padres Alípio e Laje. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 1 out 1968. In: APERJ; Coleção Polícia Política, série DOPS, notação 82, dossiê 3, folha 49.

134 ANAPAP. **Requerimento de Anistia de Bráulio Rodrigues da Silva, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça**. Mar. 2004 – Maio 2005.

135 POLLAK, op. cit., 1989.

136 POLLAK, op. cit., 1989; 1992.

137 Não confundir com Chico Silva, importante liderança camponesa em Duque de Caxias. O entrevistado se refere a outro Chico, que atuava em Nova Iguaçu, já falecido quando a pesquisa estava em andamento.

138 ALEXANDRE. **Entrevista de Alexandre**, concedida ao autor. Japeri, RJ, 20 out. 2018. Acervo NMSPP.

De fato, na pesquisa não foi localizado nenhum documento do regime ditatorial ou notícia jornalística que se referisse a armas encontradas em Pedra Lisa. Entretanto, outro entrevistado forneceu relato de um ocorrido em seu armazém, que pode reforçar a hipótese de que uma formação de guerrilha pode ter sido levada em consideração logo após o golpe, uma vez que ele se refere à entrega de armamento para Vantuil Dias Lacerda, uma das principais lideranças da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e membro do PCB:¹³⁹

Na revolução tinha policiais [...]. Chegou um sargento e cinco PMs com metralhadora, outro com fuzil. Aí eu tava no balcão. “O senhor quer me dar a sua identidade?” [...] Entreguei a ele. Ele pegou uma lista... Jogou a identidade em cima do balcão [...]. Aí, os soldados pediu água pra beber. [...] Aí largaram o fuzil em cima do balcão [...]. Uma escolta meio avacalhada, né? Largaram o fuzil em cima do balcão e saíram sem ele? (risos) Chegou com arma, botou ali pra descansar [...]. Mas eu não percebi não, tinha outras coisas a fazer... [...] eles vieram e disseram que ali, dentro da cooperativa, tinha uma bala de canhão. Eu nunca vi não, diz que era um torpedo. Mas também não tive a curiosidade de ver não... Ouvi falar! [...] Peguei o fuzil e botei debaixo do balcão e ficou ali. Ficou mais de um mês. [...] Eles não foram buscar. Aí eu panhei ele, enrolei ele, botei na bicicleta, fui na casa do Vantuil e entreguei ao Vantuil: “Não quero essa arma lá não, rapaz! De repente eles fazem uma busca lá, dá uma virada no armazém, acha essa porcaria dentro de casa e eu vou ter que prestar contas”; “ah, mas não tem problema não”. Um fuzil e dois pentes de munição.¹⁴⁰

Na entrevista, o interlocutor não especifica o ano exato em que isso ocorreu, mas faz referência ao regime ditatorial recém-instaurado em 1964. Ainda que um grupo de guerrilha não estivesse de fato sendo organizado em Pedra Lisa, esse relato é um indicativo de como essa ideia circulava na região naquele período. Contudo, cabe sublinhar que Vantuil também foi absolvido no “processo da SUPRA” em 1968, mencionado anteriormente.

Outras representações sociais da memória se referem à esposa de Vantuil, conhecida como “Jacira Fogueteira” ou como “a guerrilheira”. Um relato se refere a ela como responsável por alertar seus companheiros sobre as incursões do Exército: “A função da Jacira era passar a informação para os companheiros camponeses sobre a entrada do Exército em busca deles aqui. Então, como que ela fazia essa comunicação? Ela fazia essa comunicação através do foguete”.¹⁴¹ Note que essa prática já era utilizada anteriormente pelo movimento camponês na Baixada Fluminense, conforme José Pureza conta em seu livro de memórias¹⁴² a respeito de uma discussão que teve sobre a tática de resistência armada na Gleba América Fabril, em Magé, em decorrência de tentativas

139 Segundo uma entrevista, apesar de Vantuil nunca ter mencionado sua relação com o partido para pessoas próximas, conforme documento dos órgãos de repressão que relata suas atividades, ele era membro do PCB. MARIA. **Entrevista de Maria**, concedida ao autor. Duque de Caxias, RJ, 20 dez. 2015. Anapap, Acervo da Associação Nacional dos Anistiados Políticos Aposentados e Pensionistas. **Requerimento de Anistia de Vantuil Dias Lacerda, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça**. Mar. 2006 – Maio 2008).

140 ALCIDES. **Entrevista de Sr. Alcides**, concedida ao autor. Japeri, RJ, 12 mar. 2020. Acervo NMSPP.

141 ALEXANDRE, op. cit.

142 PUREZA, op. cit., p. 57-58.

de despejos no início da década de 1960. Entretanto, rememora que essa prática se demonstrou ineficaz na ocasião.¹⁴³

Considerações finais

A TENTATIVA de resistência armada ao golpe de 1964, por parte de camponeses e petroleiros na Baixada Fluminense, ilustra uma mobilização não concretizada que dependia de uma iniciativa maior de reação ao golpe por parte do presidente João Goulart. Todavia, “Jango não quis a luta, receoso de que a direção política lhe escapasse e se transferisse às correntes de esquerda”, isso porque “o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, [...] em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob aspectos do direito da propriedade e da força coercitiva do Estado”.¹⁴⁴ Porém, iniciar uma guerra civil, mobilizando o III Exército a partir do Rio Grande do Sul para resistir ao golpe, bem como apoiar movimentos guerrilheiros, não eram opções que faziam parte do repertório político de Goulart.¹⁴⁵

Conforme Rodrigo Patto Sá Motta, suposições de uma suposta ameaça guerrilheira durante o governo Goulart, acusado de acobertá-las – tal como a suposição do IPM 709, que associava os conflitos por terra ao redor da cidade do Rio de Janeiro com possíveis focos de preparação de guerrilha –, são exageradas, e devem ser entendidas dentro do contexto de Guerra Fria, após a Revolução Cubana. Alguns segmentos da esquerda faziam aposta mais radical, mas pouco foi realizado, “o que fica evidente na fraca reação ao golpe, que, com algumas exceções, não encontrou resistência relevante”.¹⁴⁶ Não por acaso, as localidades onde esses camponeses se situavam foram alvo de uma repressão militar muito dura, assim como na Reduc.

Ao mesmo tempo, a disposição dos trabalhadores rurais das entidades camponesas da Baixada Fluminense em resistir com armas ao golpe, articulados com entidades sindicais, traz à tona novos elementos sobre a parte da população que se opunha ao movimento golpista. Conforme Motta, “a derrubada de Goulart teve apoio de parte da sociedade, embora seja improvável que tenha sido majoritário. Por agora, basta dizer que os dados disponíveis não são conclusivos e indicam que o respaldo à queda de Jango tendeu a se concentrar nas classes médias superiores”.¹⁴⁷ Essa suposição se reforça se observado que, ao se referir à Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada em São Paulo, “o embaixador Lincoln Gordon observou em sua carta de 2 de abril de 1964

143 Trata-se também de um recurso utilizado pelas Ligas Camponesas, mas para anunciar a chegada de Francisco Julião.

144 GORENDER, op. cit., 1987, p. 66.

145 BANDEIRA, op. cit.

146 MOTTA, Rodrigo. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 45.

147 MOTTA, op. cit., p. 50.

para Dean Rusk, o secretário de Estado americano: ‘A única nota destoante foi a evidente limitada participação das classes mais baixas na marcha’¹⁴⁸.

A disposição para uma eventual resistência armada por parte dos trabalhadores rurais, tanto na Baixada Fluminense quanto em Pernambuco, se apresenta como dados que corroboram essa tendência apontada por Motta. As entrevistas indicam que, na Baixada Fluminense, havia um número expressivo de camponeses dispostos a resistir, embora sem armas, em situação semelhante à descrita por Gregório Bezerra em Pernambuco.¹⁴⁹ Em momento posterior ao golpe, embora não haja evidências suficientes para confirmar a preparação de uma guerrilha na Região de Pedra Lisa, representações sociais da memória indicam um clima político na época que reforça a disposição dos camponeses para resistir com armas ao golpe e à ditadura recém-instalada. Com efeito, essa disposição só foi possível em decorrência de uma experiência de formação de classe,¹⁵⁰ desenvolvida através de um processo de mobilização social camponesa desde os últimos anos da década de 1940.

Além disso, alguns aspectos da tentativa de resistência armada ao golpe na Baixada Fluminense merecem uma análise mais aprofundada. Conforme Bráulio Rodrigues da Silva, em seu livro de memórias, “nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe. Não éramos só nós em Pedra Lisa: havia outros setores do campo que estavam na mesma situação. As associações de lavradores e o Partido Comunista estavam envolvidos naquela resistência também”.¹⁵¹ Essa afirmação de Bráulio ressalta a necessidade de investigar se outras entidades de trabalhadores rurais participaram dessa tentativa abortada de resistência armada ao golpe, bem como as circunstâncias do envolvimento do PCB, dado que o partido não adotava essa estratégia.¹⁵²

Recebido: 23/05/2024

Aprovado: 29/08/2024

148 DREIFUSS, op. cit., p. 298.

149 BEZERRA, op. cit.

150 MEDEIROS, op. cit., 1995.

151 SILVA, op. cit., 2008, p. 43.

152 GORENDER, op. cit., 1987. PANDOLFI, op. cit.